

| 1117 | REFLEXÕES SOBRE A REGIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Rodrigo de Oliveira Taufic

Resumo

Em menos de 50 anos, os debates acerca da questão agrária brasileira deixaram de se identificar com os dilemas da formação da nação para receber um tratamento regionalmente seletivo, tanto por parte da oficialidade quanto por parte de uma significativa parcela daqueles que atuam criticamente no campo agrário. As intensas transformações no meio rural, em meio a um contraditório movimento homogeneização e especialização dos territórios, aumentam a exigência de rigor no sentido de atuar contra o parcelamento dos debates acerca da questão agrária brasileira, caminhando em direção a uma atuação de maior vulto das forças sociais comprometidas com a mudança da desigual estrutura agrária do país. Neste sentido, apontamos como desafio teórico e político superar a regionalização da questão agrária, imposta por meio século de circunstâncias políticas adversas neste campo. O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre os limites e possibilidades abertos pela regionalização da questão agrária. Procura debruçar sobre as seguintes questões: quais são os fundamentos da suposta relação direta entre a "questão agrária" e a "questão nacional"? Quais as conseqüências do tratamento local/regional à questão agrária e quais as principais expressões do "fracionamento" da questão agrária? Finalmente, quais implicações podemos derivar das novas propostas de territorialização do tema?

Palavras-chave: Questão Agrária; Reforma Agrária; Regionalização; Relações Campo-Cidade

Introdução

Qualquer proposta de regionalização deve ser compreendida e analisada levando em conta sua intencionalidade e, por conseqüência, o quadro de forças que a formula e a coloca em confronto com as incongruências observadas entre o modelo abstrato de interpretação das demarcações socioespaciais e seu movimento efetivo inscrito no cotidiano das atividades que conformam a complexa produção social do espaço.

No Brasil, a "questão agrária" está associada a uma extensa variedade de interpretações. Durante muito tempo prevaleceu, do ponto de vista crítico, a visão da questão agrária como componente fundamental da "questão nacional", contra a perspectiva

conservadora de modernização do campo e dissipação de qualquer conflito que suscitasse, principalmente, a irracionalidade da estrutura fundiária. Estes dois pólos protagonizaram um dos mais importantes episódios políticos da história republicana, culminando com a renúncia às Reformas de Base representada pela coalizão golpista de 1964.

A Reforma Agrária, nome que, de forma um pouco genérica, foi dado aos projetos de caráter progressista que buscavam equacionar os problemas gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, é incorporada ao regime autoritário trajando uma roupagem técnica, sem a qual não seria possível, por um lado, lidar com o inescapável fato de que a estrutura fundiária impunha limites ao desenvolvimento econômico, por outro, dirimir o peso ideológico imputado pelas oligarquias regionais à questão agrária. Resumida a política pública, abre-se espaço para que a questão agrária torne-se, cada vez mais, uma questão a ser resolvida regional ou localmente¹.

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre os limites e possibilidades abertos pela regionalização da questão agrária. Procura debruçar sobre as seguintes questões: quais são os fundamentos da suposta relação direta entre a "questão agrária" e a "questão nacional"? Quais as conseqüências do tratamento local/regional à questão agrária e quais as principais expressões do "fracionamento" da questão agrária? Finalmente, quais implicações podemos derivar das novas propostas de territorialização do tema?

Questão Agrária e Questão Nacional

Admitimos para este trabalho uma interpretação do que seria a Questão Nacional em um plano prioritariamente econômico, em sintonia com aquela proposta por Ignácio Rangel. A questão nacional sintetiza os dilemas que gravitam em torno da modernização da economia brasileira, mais especificamente do esforço industrializante que marca o período 1930-1980. De acordo com este autor:

Há cinqüenta anos, no cerne da chamada Revolução Liberal, promovida pela Aliança Liberal, sob a chefia de Getúlio Vargas, o analista social - se houvesse então analistas sociais, no sentido que hoje damos a essa expressão - teria surpreendido, no centro mesmo do turbilhão, uma fulcral *Questão Nacional*. À

1 É importante ressaltar que soluções "locais" para a questão agrária já estavam amplamente presentes anteriormente à ditadura militar, tanto no que diz respeito à forma com a qual as diferentes oligarquias regionais administravam a evolução e mudanças na estrutura fundiária de acordo com seus próprios interesses econômicos (cf. Cano, 2007 e Furtado, 2007), quanto em relação às proposições que envolvessem, de alguma forma, forças outras da sociedade civil, como, por exemplo, a "Revisão Agrária Paulista" ou a Reforma Agrária constante no documento do GTDN de 1962.

frente do movimento encontrava-se - como hoje sabemos e como poucos suspeitávamos, então - duas forças muito díspares, mas idênticas num ponto, a saber: o latifúndio *substituidor de importações* (principalmente o gaúcho) e a indústria *substituidora de importações* (principalmente a paulista). Por isso mesmo, a Questão Nacional ocupava o centro de toda a problemática. (Rangel, 2000: 175)

Ainda em Rangel, encontramos uma delimitação de quais seriam os objetivos da "revolução nacional" pelos setores mesmos que identificou como protagonistas desta peleja: a) a defesa do espaço econômico interno contra a concorrência estrangeira e b) a unificação do mesmo espaço. Há, portanto, uma complexa relação que a industrialização brasileira buscava estabelecer para fora e para dentro. No tocante à problemática interna, a estrutura fundiária desigual, aliada aos seus reflexos sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo no campo, apresenta-se como entrave ao papel que o setor agrícola deveria desempenhar em uma economia em processo de industrialização, a saber: 1) suprir, na quantidade e nas especificações necessárias, os bens agrícolas de que carece o sistema, consideradas as necessidades do seu comércio exterior; 2) liberar, reter ou mesmo reabsorver mão-de-obra, conforme as circunstâncias, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico. (Rangel, 2000).

A perspectiva de Ignácio Rangel, portanto, vincula fortemente as relações entre agrícola e industrial e a resolução dos problemas agrários como uma demanda dos setores industriais, que impactaria diretamente o processo de industrialização no Brasil. Este autor, entretanto, não concentra sua atenção sobre as especificidades da estrutura fundiária conforme as distintas realidades regionais do país, de forma que o vínculo entre questão agrária e questão nacional está ancorado em um projeto *nacional* de industrialização e desenvolvimento econômico.

A perspectiva de um amplo processo de industrialização não se restringia aos aspectos produtivos, mas também aos geográficos, e por isso era justa e compreensível a generalização com que Rangel trata a questão. Indo além, podemos atribuir tais concepções à abordagem cepalina dos problemas nacionais e de suas propostas de resolução. É também com esse espírito que devemos analisar o documento do GTDN de 1962 e a proposta de reforma agrária na zona da mata nordestina: uma solução local, mas jamais "localista", e sim ligada a uma formulação de forte caráter nacional.

Neste sentido, a referência às propostas coordenadas por Celso Furtado para o Nordeste é importante justamente por elas conterem em si a tensão entre a resolução de

problemas regionais específicos e a necessidade de planejar mirando um projeto nacional articulado em torno de um esforço comum a todas as regiões e territórios. O resultado histórico do desenvolvimento destas tensões na formação dos sistemas econômicos regionais e nacional corresponde ao padrão que identificamos como "fuga para frente", ou seja, amálgama nos quais os problemas regionais específicos e o projeto nacional articulado encontram-se fundidos sob a ideologia de apropriação, expansão e colonização da fronteira nacional.

Neste entendimento, a industrialização ocupará um plano tático menor que aquele vislumbrado pela CEPAL. Do ponto de vista espacial, a marcante concentração espacial no estado de São Paulo é a expressão deste processo. A questão nacional, antes identificada com o esforço industrializante por todo o território, é despida deste conteúdo propositivo e o seu diagnóstico, o dos desequilíbrios regionais, emerge como o principal componente. A questão agrária continua evidente, mas sua caracterização como um conjunto de dilemas específicos a cada região acentua-se.

Cano (2007a, 2007b) demonstra, olhando para trás, a transição entre estes dois paradigmas a partir de uma análise do processo de concentração industrial em São Paulo. Um dos componentes fundamentais do sucesso da industrialização paulista, argumenta, foi o modo como o estado encaminhou sua própria "questão agrária", ainda que de modo algum se possa falar em Reforma Agrária neste período, garantindo maior diversidade da produção agrícola e melhor distribuição de renda² no campo, além de um acesso ampliado a alimentos e matéria-prima por parte dos núcleos urbanos.

Em relação às demais regiões, Cano nos permite visualizar como mantiveram determinadas características, dentre elas a da estrutura agrária altamente concentradora, que sempre significaram entraves para o desenvolvimento industrial. Uma das maiores contribuições deste trabalho é "regionalizar" a análise de Ignácio Rangel: os problemas que resultariam de um sistema agrícola incoerente com a industrialização, expressos em termos de descompasso entre urbano e rural podem ser entendidos do ponto de vista das relações inter-regionais que, no tocante às implicações da questão agrária, aparecerão principalmente sob a forma das migrações e metropolização na região sudeste, com prevalência do latifúndio agro-exportador nas demais regiões do país, ainda que a industrialização paulista tenha irradiado ondas de incremento de produtividade por todo o território nacional (o que

2 Aqui opera não apenas uma mudança espacial, no sentido das formas de propriedade e parcelamento da terra, mas fundamentalmente a inclusão do setor agrícola na lógica do assalariamento, fator que, conjuntamente com a inovação tecnológica, sejam talvez os maiores dilemas econômicos elencados pela questão agrária. É esse um ponto-chave na análise de Cano.

Wilson Cano chama de *desconcentração virtuosa*).

A dramática heterogeneidade estrutural que caracteriza o desenvolvimento da economia nacional é, portanto, fortemente regionalizadas. Esta é a nova face da questão nacional, que, como já dissemos, mantém (bastante) apertados os nós entre as diferentes elites regionais pelo ideal de apropriação do território³.

Extinção da questão nacional e fragmentação da questão agrária

A deterioração da questão nacional incitada pelo esforço inicial de industrialização e modernização da economia brasileira significou, para a questão agrária, a nacionalização do problema "como desenvolver o capitalismo no campo" e a regionalização dos problemas gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. O que entendemos, portanto, como *regionalização* da questão agrária?

Chamamos de regionalização da questão agrária um longo processo pelo qual o Estado centraliza as demandas pela solução dos problemas agrários (em outras palavras, a Reforma Agrária) e as responde de acordo com os interesses específicos das elites regionais. A tentativa, bem-sucedida, de assim proceder, implementou-se por duas vias, que, embora corram paralelamente, contam com ênfases distintas de acordo com determinados períodos históricos. Assim, identificamos a primeira via com o período de governo militar, no qual a solução para o problema agrário intitulamos *expansão e ocupação*.

Oliveira (2007) destaca os planos da geopolítica militar para o período, constantes no Plano "Metas e Bases para a Ação do Governo", elaborado no início da década de 1970:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra

3 Sobre esse fato, de sermos mais um território que possui uma nação que uma nação que possui um território, ver Moraes (2005).

monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.

4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.

5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas e superpovoadas do Centro-sul. (Oliveira, 2007: 123)

Neste mesmo contexto, podemos tomar como exemplo de postura política a renúncia explícita às proposições do GTDN:

A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então *“fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”* ou, como preferia dizer o General Médici, *“vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”* (Oliveira, 2007: 122)

Neste primeiro momento, a fragmentação da questão agrária aparece sob a forma de amortecimento do conflito agrário pela expansão e ocupação da fronteira agrícola, preservando inalteradas as benesses das elites regionais instaladas nos núcleos já povoados e criando novas "questões agrárias" nas novas áreas de povoamento. Para nosso entendimento, esse é um ponto nevrálgico de complexificação da questão, pois há uma dialética entre o surgimento de novos dilemas socioespaciais e a não-resolução daqueles que os precederam, fato silenciosamente esquecido conforme se processam as rodadas de acumulação de capital no espaço nacional.

Aliás, é esse fato que marcará o período posterior, mais identificado com aquele que observamos desde fins da década de 1980 até os dias atuais, no qual são atenuados os ímpetos colonizadores e a regionalização da questão agrária pode ser obtida por meio de uma formulação teórica mais sólida, que permita decifrar algumas determinações obscurecidas pelo intenso movimento populacional e incerteza econômica que marcaram os períodos. O diagnóstico será, mais uma vez, o dos desequilíbrios regionais, mas, dessa vez, o

receituário será uma fragmentada política pública de assentamentos, focada nas áreas que apresentem maiores índices de pobreza rural.

O gráfico 1 é bastante elucidativo do que buscamos demonstrar. Vemos como a política voltada para os assentamentos rurais praticamente inexistiu antes da década de 1990 e como se transformou, de maneira avassaladora, na principal resposta política à persistente questão agrária, principalmente a partir do período 1995-2000. O outro aspecto de imprescindível realce é a grande prioridade dada às regiões no gráfico denominadas "Amazônia" e "Nordeste" em relação às regiões "Centro-Sudeste" e "Sul".

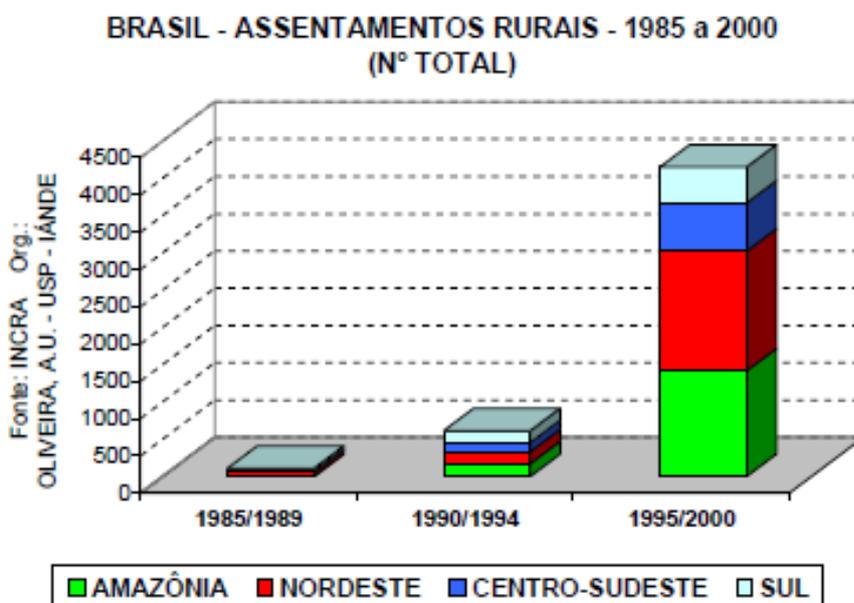


Gráfico 1 - Brasil - Assentamentos Rurais (1985 a 2000)

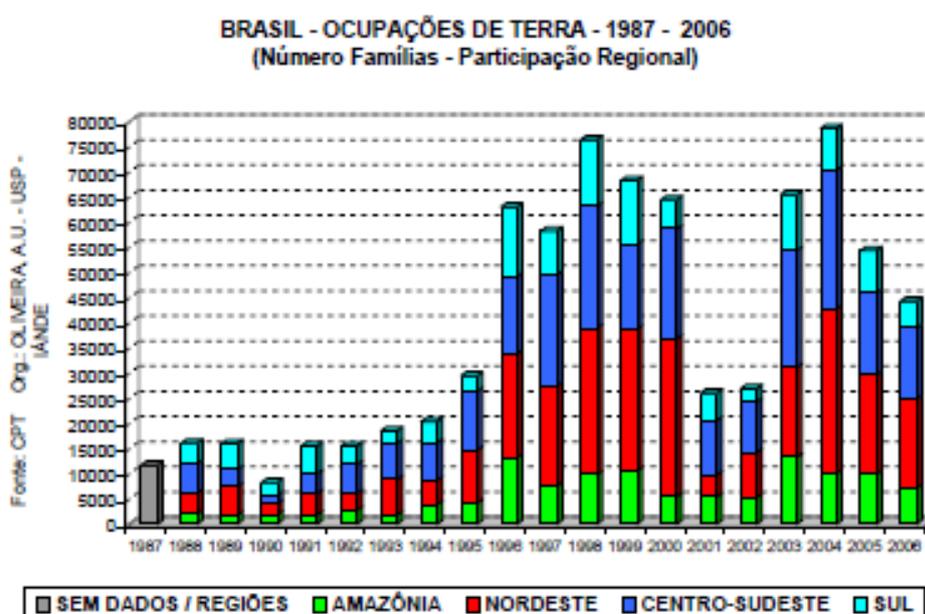
Extraído de Oliveira (2007).

Mesmo o analista crítico, a despeito da nossa análise sobre a existência ou não de um horizonte nacional na formulação de políticas regionais, poderia supor que a prioridade explicitada pelo gráfico não é menos que desejável, visto os diferenciais de riqueza e produtividade que as regiões privilegiadas apresentam em comparação com as demais demarcadas por essa análise. Como já foi dito, a principal proxy para a definição de áreas para a política pública de assentamento rural é o nível de pobreza rural. Entretanto, o gráfico 2 nos traz uma interessante informação, que reflete, de certa forma, a "demanda" por terra de acordo com a mesma definição regional.

Nele observamos como se distribuíram regionalmente e por número de famílias as ocupações de terra no Brasil durante o período 1987-2006. Para nossa surpresa, vemos que

a pressão para liberação de áreas às políticas de reforma agrária nos proporciona a possibilidade de outra regionalização que aquela efetivada pela própria política, pelo fato de que há, aproximadamente, uma compatibilidade entre os números do "Centro-Sudeste" e "Nordeste", uma maior participação do "Sul" e uma tímida participação da "Amazônia" ⁴.

Gráfico 2 - Brasil - Ocupações de Terra (1987 a 2006)



Extraído de Oliveira (2007).

Esses dados revelam a persistência da questão agrária como uma questão nacional, pelo menos do ponto de vista das famílias que se engajam na luta pelo acesso à terra ou defesa contra o avanço do capital agro-mineral sobre suas propriedades. Mais além, a metodologia de planejamento das políticas públicas, baseadas em índices de pobreza rural, mostra-se estreita para compreender toda a complexidade das desigualdades produzidas pelo modelo brasileiro de desenvolvimento do capitalismo no campo. Por último, fazemos a ressalva de que esses dados visam um primeiro apontamento para a questão: devem ser mais bem dissecados para uma abordagem mais precisa dos problemas tratados.

⁴ Ariovaldo Umbelino de Oliveira chama atenção para o fato de que embora a maior pressão social durante o governo de Fernando Henrique Cardoso tenha se refletido em maiores conquistas de assentamentos rurais, o Estado privilegiou a Região Norte, quando na realidade a maioria das famílias acampadas, ou dispostas à luta, estavam nas regiões mais povoadas do país, um reforço ao tratamento dado à questão agrária no período anterior, ainda que sob outro discurso e, obviamente, outra estrutura institucional.

Finalmente, cabe uma sucinta interpretação das determinações econômicas que compõe estas regionalizações da questão agrária - a oficial e a civil. A maior delas, notadamente, refere-se à intensidade econômica com que a agropecuária desenvolveu-se nas regiões "Centro-Sudeste" e "Sul", incorporando altíssimas frações de capital fixo, insumos de grande impacto sobre os níveis de produção e considerável instalação de transnacionais produtoras destas mesmas máquinas e insumos. Enquanto isso, as regiões Norte e Nordeste mantiveram uma economia agrícola menos dinâmica em relação aos outros polos, com baixas diversidades de produção e incorporação de tecnologias alternativas. Grande parte do diagnóstico das políticas de Reforma Agrária está assentada na crença de que 1) para as regiões mais avançadas, não deve haver incômodos à produção agrícola (dado seu peso na economia nacional), tendo em vista esperar-se, ao mesmo tempo, que as oportunidades de trabalho geradas pela própria expansão do agronegócio e pela proximidade a um maior número de centros urbanos lidassem por si só com as questões ligadas à exclusão no meio rural⁵ e 2) as demais regiões são, portanto, as "eleitas" prioritárias nas políticas de desenvolvimento agrário, desde que não alterem o quadro institucional que permita, no futuro, o avanço do agronegócio - o que significa, no presente, preservar e agudizar o padrão vigente de propriedade da terra.

Para os propósitos deste trabalho, o mais importante neste ponto é tentar compreender qual a principal força ocupando o topo na hierarquia de determinações da produção do espaço agrário nacional, pois essa é uma das premissas fundamentais para o entendimento da atualidade da questão agrária e de sua "territorialização". Tentamos buscar historicamente esse papel nas disputas envolvendo a industrialização e a questão nacional, posteriormente na reafirmação da autonomia das elites regionais sancionada pelo Estado (confluindo para a *polarização* econômica no interior do território nacional), para chegarmos à visão de que a questão agrária permanece nacional, conquanto suas respostas estejam sendo encaradas de forma local/regional. Neste cenário, algumas considerações sobre o setor agropecuário "moderno" - o agronegócio - são necessárias, pois acreditamos que ele seja, atualmente, o principal indutor das transformações inscritas nas formas de *homogeneização* do território nacional⁶.

Agronegócio e (re)generalização da questão agrária

5 Nascimento (2005) realiza um bom estudo sobre as questões ligadas à pluriatividade econômica na agricultura familiar, comparando uma região "desenvolvida" (Sul) com outra "pobre" (Nordeste).

6 Os conceitos de polarização e homogeneização utilizados aqui são inspirados em Brandão (2007).

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização. (Santos, 1999: 16) Juntamente com a descentralização industrial, a guerra fiscal e as especializações produtivas, Elias (2007), considera a reestruturação produtiva da agropecuária um dos principais vetores da reorganização do território brasileiro no último período. A instituição de um novo modelo de organização da atividade econômica no campo está associada não apenas aos incrementos essencialmente produtivos, mas principalmente ao caráter das relações estabelecidas entre os territórios, tanto internamente ao espaço nacional quanto entre *local* e *global*, com uma relação de integração jamais vista entre capitais financeiros, industriais e agrícolas das mais diversas localidades do globo.

Assim, o desenvolvimento espacial do agronegócio está envolto em uma complexa dialética, pois, enquanto a disciplina que impõe aos territórios é indistinta, seu movimento real produz uma elevada fragmentação econômica e espacial.

(...) a difusão do agronegócio globalizado se dá paralelamente à fragmentação do espaço agrícola, em face de seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente. Tudo isso induz à mecanização dos espaços agrícolas e aumenta a proporção da natureza social sobre a natural, com o meio natural e o técnico rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, o que culmina num processo acelerado de (re)organização do espaço agrícola, com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho e o incremento da urbanização. (Elias, 2007: 50).

Dessa forma, as forças de *homogeneização* associam-se ao “modo de espera” no qual se mantém os diferentes locais candidatos às inversões do agronegócio, enquanto a *polarização* toma forma nas desigualdades observadas entre os territórios “eleitos” e os demais. De maneira alguma podemos dizer que essas desigualdades signifiquem reais benefícios econômicos e sociais para as populações residentes nas regiões do agronegócio, como pudemos observar pelo gráfico 2 (uma pequena amostra do descontentamento das famílias com as condições que encontram para reproduzir sua sobrevivência). Uma nova regionalização da questão agrária deve dar conta desse duplo movimento, compreendendo

como uma unidade.

Deter-nos-emos um pouco mais nas marcas dessas desigualdades, que a produção do espaço pelo agronegócio engendra no território nacional, entendendo-as como uma pista que contribui para nossa reflexão sobre as especificidades regionais contidas na questão agrária. Anteriormente vimos que, por parte da política pública ligada à Reforma Agrária, as regiões “Sul” e “Centro-Sudeste” receberam atenção minoritária e resumimos as justificativas implícitas nessa postura. A persistência de uma associação automática entre industrialização-urbanização e desenvolvimento econômico persiste, e é nesse ponto que a análise de Denise Elias é importante. Dando prosseguimento à agenda de pesquisa aberta pela obra *A Urbanização Brasileira*, de Milton Santos, esta autora atenta para o fato de que o agronegócio globalizado é, por si próprio, largamente urbanizante. Mais que isso, ele reproduz, onde se instala, os mesmos padrões de segregação socioespacial observados nos grandes centros industriais e informacionais e com isso gera uma nova problemática, também utilizada para escamotear o problema agrário quando já é impossível apelar para qualquer mistificação estatística acerca da realidade social de determinado local: a crescente identificação, principalmente entre as classes trabalhadora e marginalizada, de suas condições de vida e trabalho com os dilemas e institucionalidades do meio urbano.

Este seria um componente fundamental da proliferação do tecido urbano no Brasil, um processo de *urbanização completa da sociedade* bem distinto daquele visualizado por Henri Lefévre, no qual a industrialização seria a principal força instauradora da sociedade urbana. Arruda (2007) classifica como principais funções das “cidades do agronegócio” - frutos da expansão e modernização da agricultura, seja ela *ex-ante* (via projetos de colonização/incorporação imobiliária) ou *ex-post* (principalmente pelas dinâmicas próprias da população ligada ao capital agrário) - serem pontos nodais do mercado de trabalho e de convergência dos fluxos de capitais do/para o agronegócio. São espaços urbanos produzidos inteiramente para apoiar as necessidades das atividades modernas do campo, de modo que é difícil enxergar nelas os símbolos da polis, da práxis urbana, do encontro, da cidadania, construções históricas ligadas às funções políticas e comerciais desempenhadas pelos centros urbanos mais antigos⁷.

Recapitulando, o agronegócio como paradigma de organização econômica do campo brasileiro interfere diretamente no tema da regionalização da questão agrária, por dois principais motivos: primeiro, pelas novas relações estabelecidas entre o local e os

7 Uma análise mais detalhada sobre as desigualdades no interior das “cidades do agronegócio” pode ser encontrada em Elias e Pequeno (2007).

espaços nacional e global, com maiores níveis de integração produtiva setorial, em lugar da integração intra-regional e da articulação inter-regional⁸; segundo, pela espacialização própria dessa atividade, que tende a modificar os territórios pela conjunção da exclusão social promovida pelo latifúndio e pelo urbano subdesenvolvido. A abordagem sobre as conseqüências mais concretas para a discussão da questão agrária e ação dos movimentos sociais do campo neste contexto ainda encontra-se bastante aberta e acreditamos que isto se deva, principalmente, pela força política e econômica (aliada à elevada fluidez) que detêm o agronegócio. Arruda (2007) resume a questão da seguinte forma:

O latifúndio glamourizado pelo agronegócio como responsável pela geração de riqueza para o país e pela elevada produtividade do campo contribui para ocultar os conflitos existentes no espaço na luta pela posse da propriedade da terra. Oculta também a superexploração e trabalho degradante, a concentração de poder e riqueza no território, criminaliza os movimentos sociais no campo e dificulta a compreensão da importância da reforma agrária. (Arruda, 2007: 234)

Podemos dizer que, de nossa perspectiva, não faz mais sentido um recorte regional para a questão agrária como o posto em prática pelas políticas pública ligadas aos problemas agrários, dada a promessa de generalização do agronegócio pelo espaço nacional. Diríamos que a questão agrária jamais foi tão nacional e, ao mesmo tempo, jamais foi tão urbana quanto é hoje. Aí residem grandes possibilidades e limites para as ações que contestem este modelo.

Desafios para a regionalização da questão agrária

Um debate importante ocorre, timidamente, no campo crítico da questão agrária brasileira. Algumas correntes de pensamento disputam qual seria o “sujeito” da reforma agrária. Pensadores de peso defendem que seja privilegiada a visão do camponês e do posseiro, que estes sejam os protagonistas da luta social no campo. Outros defendem que é aberto um novo tipo de luta, adotando, pela esquerda, uma tese similar à de superação da questão agrária brasileira, postas as dificuldades de organização da classe trabalhadora frente ao poderio desmedido do agronegócio.

8 Cf. Lavinás e Nabuco (1994).

A essas propostas correspondem também formas de regionalizar a questão agrária. Nesse sentido, ambas são bastante consonantes com a regionalização desenhada pela política oficial, o que nos leva a indagar se de fato podemos esperar que representem criativas formas de lidar com os problemas em voga. Muitos dos entendimentos permanecem atados às formas de enxergar o meio urbano, ou, para Milton Santos, o meio técnico-científico-informacional, como uma força desmobilizadora da crítica e luta contra o modelo de capitalização do campo, que estariam assim restritas ao homem do campo em contraposição ao homem da periferia.

Esse debate tem se traduzido conceitual e simbolicamente na transformação do camponês em agricultor familiar, numa tentativa de atenuar os problemas de exclusão no campo sem tocar nas questões subjetivas que dizem respeito à relação com a terra⁹. Espacialmente, ele significa reforço do papel secundário ocupado pelas regiões mais desenvolvidas do agronegócio na aplicação de políticas públicas de desenvolvimento social no meio rural, principalmente aquelas destinadas a democratizar o acesso a propriedade da terra.

As regiões "Centro-Sudeste" e "Sul", para utilizarmos a demarcação referida anteriormente deverão contar cada vez menos com o apoio a nível federal e estadual, principalmente dentro das micro-regiões onde a rede urbana é maior e melhor estruturada. Acreditamos que, neste cenário, um olhar politicamente mais receptivo ao meio urbano possa ser importante. Não se trata de advogar o retorno aos localismos, mas de trabalhar com a possibilidade de que seja possível traçar uma estratégia de atuação no qual os municípios sejam um lócus privilegiado de pressão social, ao invés de, somente, o palácio do planalto e as sedes de órgãos responsáveis pela reforma agrária a nível federal e estadual.

A proximidade entre campo e cidade, ainda que imposta pelo avanço do capital, abre caminhos para o fortalecimento do diálogo sobre a questão agrária com os trabalhadores urbanos e suas organizações. Além disso, é uma forma de divulgar as questões para outros setores da sociedade que ainda encaram com preconceito o debate em relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo, incapazes de enxergar para além da propaganda massiva orquestrada pelo capital mercantil agrário, na qual não há futuro para o país sem inserção internacional via commodities. Por fim, a "urbanização" do conflito agrário permitiria, em tese, a abertura de mais espaços para a aproximação dos setores progressistas

9 "A ética camponesa revela que o determinante para a diferenciação entre 'camponês' e o 'pequeno agricultor familiar' é a sua relação com a terra. Para o agricultor familiar a relação com a terra baseia-se no valor de troca, enquanto que para o camponês, a terra representa uma ordem moral, tendo em vista a sua relação de pertencimento, o vínculo com sua história de vida." (Dourado, 2009: 13)

urbanos às demandas concretas ligadas à questão agrária, destacando aí o papel da universidade na produção de um conhecimento inovador (e, mais importante, democrático), que sustente economicamente essas iniciativas, das organizações políticas e da sociedade civil e dos meios de comunicação capazes de reinserir a problemática de uma maneira clara no cotidiano do país.

A necessidade de saber discernir as múltiplas "ruralidades" presentes no Brasil continua fundamental, disso não se deve abrir mão. As políticas focadas nas regiões de maior pobreza rural (no nosso caso, "Amazônia" e "Nordeste"), se bem planejadas e aplicadas, devem ser preservadas e aprofundadas, tomando as medidas necessárias para enfrentar as singularidades da questão agrária em nesses territórios. O que não é desejável é que as formas mais perversas do conflito agrário sejam tratadas como algo exótico, como tem sido a atuação do monopólio midiático na cobertura da violência jagunça no Pará, por exemplo, quando esse movimento é uma reprodução da lógica de expansão nacional do agronegócio. E nas regiões "desenvolvidas" também é possível propor alternativas ao seu padrão de organização do campo.

Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo caracterizar as formas pelas quais a questão agrária em relação ao espaço nacional. As propostas constantes de regionalização da questão agrária, que retiram o conteúdo nacional para referir-se a ela como uma coleção de especificidades, são expressões políticas do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, em suas diversas formas. Ao mesmo tempo, essas mesmas regionalizações redefinem a produção do espaço. Acreditamos que, na atualidade, essa redefinição ocorre principalmente a partir da alta seletividade das atividades do agronegócio e da fragmentação das iniciativas sociais que buscam frear sua marcha.

Tentamos identificar algumas características próprias do desenvolvimento espacial do agronegócio para identificar a forma pela qual opera vetores fundamentais de *homogeneização* do território, o que pode ser tomado como elemento para unificar ações que busquem minorar seus efeitos perversos sobre o meio rural e urbano. Neste sentido, buscar uma identidade estratégica na cidade é alternativa a ser refletida sem preconceitos no traçar de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social, tanto por parte do Estado quanto por parte dos movimentos sociais rurais. Isso sem escamotear as tensões que permanecem nas regiões onde os conflitos agrários mantêm as formas mais agressivas possíveis de relações políticas e econômicas entre capital e trabalho.

O agronegócio tem produzido suas próprias cidades médias e locais, e tomado de assalto outras preexistentes. Esses territórios, identificados com as regiões mais desenvolvidas do país, podem ser lócus estratégicos para garantir novo fôlego à questão agrária, com debates amplos na sociedade e apresentação da vida camponesa como alternativa - e fonte - das desigualdades observadas no meio urbano.

Referências

- ARRUDA, Z. A. 2007. *Onde está o agro desse negócio? : transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio*. Tese (Doutorado). Campinas, IG/Unicamp.
- BRASIL 1962. *Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Recife, GTDN/SUDENE.
- CANO, W. 2007a. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas, Unicamp/IE. 5ª ed.
- CANO, W. 2007b. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*. Campinas, Unicamp/IE. 3ª ed.
- DOURADO, J. A. L. 2009 Reflexões Paradigmáticas sobre a Questão Agrária no Brasil: dissídios e consensos. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 5, n.9, p. 33-50.
- ELIAS, D. 2007. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. 2007. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.1.
- FERNANDES, B. M. 2008. *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo, Expressão Popular.
- FURTADO, C. 2007. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LAVINAS, L.; NABUCO, M. R. 1994. Regionalização: problemas de método. *Espaço e Debates*, n.38, ano XIV, p.21-26.
- LEFÉBVRE, H. 1999. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- MORAES, A. C. R. 2005. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- NASCIMENTO C. A. 2005. *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Tese (Doutorado). Campinas, IE/Unicamp.
- OLIVEIRA, A. U. 2007. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo, FFLCH/USP.

RANGEL, I. 2000. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil* (prefácio e organização de José Graziano da Silva). Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS.

SANTOS, M. 1994. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. 1999. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, n. 6. Rio de Janeiro, UFRJ/Garamond.